

VÍNCULOS E INDIFERENÇAS: TRAJETÓRIA ESCOLAR DE ADOLESCENTES EM MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS ODS (3,4)

Marcia Eliza de Godoi dos Santos (Universidade de São Paulo – USP)
Maria Cristina Gonçalves Vicentin (Universidade de São Paulo – USP)

Resumo

Uma das importantes legislações surgidas no Brasil após a promulgação da Constituição de 1988 foi o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – Lei n.º 8.069, 1990, que estabelece a proteção dos direitos em sua força jurídica, apresentando a defesa das crianças e dos adolescentes. Mesmo reconhecendo os adolescentes como sujeitos em situação peculiar de desenvolvimento, não os isenta da responsabilidade pelos atos infracionais. No entanto, ao contrário do antigo Código de Menores, que apresentava um caráter punitivo, O ECA propõe que a responsabilização ocorra através da elaboração de um novo plano de vida para o adolescente. As medidas socioeducativas foram concebidas para responsabilizar adolescentes entre 12 e 18 anos que cometem ações consideradas ilícitas. Desde sua promulgação, eles não devem ser tutelados e punidos, mas acompanhados para (e na) construção de outras decisões em suas trajetórias. Esta pesquisa tem por objetivo analisar a indiferença a partir da relação entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no meio aberto e a própria medida. Considerando como prioridade a meta de escolarização, o acesso e a continuidade da trajetória escolar. Foram utilizados como fonte de pesquisa dados e documentos oficiais da instituição socioassistencial, responsável pela execução das medidas no município de Taubaté, AFASCOM e diários de trabalho com adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. As anotações em diários de pesquisa foram o procedimento adotado para o estudo e reflexão. Conclui-se que a indiferença se apresenta como um obstáculo para a efetivação do processo de escolarização, porém, pode ser aproveitada positivamente no trabalho com adolescentes quando ocorre a desilusão com a criminalidade, neste contexto, gerando oportunidades para novas conexões. Para isso, é essencial que esses jovens reconheçam a importância do Outro em suas vidas, abrindo espaço para um novo universo que difere de suas experiências anteriores. Localizamos, ao final dessa pesquisa, o *vínculo* como estratégia para operar com adolescentes indiferentes à medida.

Palavras-chave: Medidas socioeducativas; Adolescência; Indiferença; Educação.

Introdução

Na contemporaneidade, o agravamento das desigualdades históricas do Brasil, as transformações culturais influenciadas pelo aprofundamento das desigualdades socioeconômicas históricas do Brasil, as mudanças culturais intermediadas por novas tecnologias e as consequências subjetivas da sociedade de consumo são alguns dos elementos que têm colaborado para tornar bastante intrincado o fenômeno da adolescência, principalmente no que diz respeito ao adolescente em cumprimento de medidas socioeducativas.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é considerado o principal marco jurídico contemporâneo voltado para a população infanto-juvenil. Mais de três décadas do ECA mostram importantes conquistas, princípios éticos norteadores de políticas públicas e apontam desafios que abrem novos horizontes de reflexão e aperfeiçoamento.

Nos períodos do século XX e início do século XXI, houve um movimento em direção a abordagens mais inclusivas voltadas para a “reabilitação”, isso incluiu o reconhecimento crescente da importância de intervenções socioeducativas, considerando as causas subjacentes do comportamento infracional, como desigualdades sociais, falta de acesso a serviços básicos e vulnerabilidades individuais.

Conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, ao constatar a prática de ato infracional, a autoridade competente do Poder Judiciário tem a possibilidade de aplicar seis tipos diferentes de medidas socioeducativas: Advertência; Obrigação de reparar o dano; Prestação de serviços à comunidade; Liberdade assistida; Inserção em regime de semiliberdade; Internação em instituição educacional (1991, p. 54). Essas alternativas são divididas em dois grupos principais: aquelas que envolvem restrição de liberdade (inserção em regime de semiliberdade e internação em instituição educacional) e as demais denominadas medidas de meio aberto.

O quadro abaixo apresenta o resumo de cada uma das medidas, conforme previstas no ECA:

Quadro 1 - Modalidades de Medida Socioeducativa previstas no ECA

Caráter	Modalidade	Descrição
Meio Aberto	Advertência	Admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.
	Obrigação de reparar os danos	Restituição da coisa, ressarcimento do dano, compensação do prejuízo da vítima.
	Prestação de Serviços à Comunidade	Realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.
	Liberdade Assistida	Acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente por parte do orientador, visando a sua promoção social, o monitoramento de sua frequência e desempenho escolar e a inserção no mercado de trabalho.
Meio Fechado	Semiliberdade	Regime de restrição da liberdade, que envolve a realização de atividades externas, independente de autorização judicial.
	Internação	Medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Fonte: Elaboração própria.

No ano de 2000 ocorreu a municipalização das medidas socioeducativas em meio aberto, seguindo os preceitos inscritos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

O município de Taubaté e a “Associação Franciscana de Assistência Social Coração de Maria” (AFASCOM) que integra a rede de serviços socioassistencial do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), firmaram um convênio para atendimento e Execução de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade. Este trabalho está atualmente configurado dentro dos serviços de média complexidade, atendendo adolescentes de toda a municipalidade por meio de encaminhamentos via Vara da Infância e Juventude do município.

Desde o início do doutorado, atuo como psicopedagoga no Serviço de Medida Socioeducativa em meio aberto (MSE-MA) pela AFASCOM. Os primeiros meses foram formativos, com estudos e observações, iniciando o atendimento pedagógico com os adolescentes e dialogando com os técnicos, na tentativa de construir modos de “operar” e conhecer o serviço.

O compartilhamento deste espaço rico em experiências e desafios tornou a minha decisão pelo tema de pesquisa mais do que uma escolha; uma obrigação, uma responsabilidade de minha parte em relação a essa diversidade de adolescentes em estado de vulnerabilidade. Os atendimentos a estes adolescentes me fizeram despertar para a problemática do processo de escolarização, levando-me a olhar a realidade desses jovens sem lentes ou vieses. Os percalços nas trajetórias escolares dos adolescentes me provocaram sentimentos de angústia e apreensão.

Como professora, tenho a oportunidade de experienciar uma relação de vínculo e confiança no partilhar de expectativas com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

Na escuta dos relatos desses adolescentes, percebi que muitos deles sentem-se invisibilizados devido a uma variedade de fatores relacionados ao estigma social e à exclusão que enfrentam.

Segundo esses relatos, as barreiras para os jovens em cumprimento de medida estão relacionadas com a desconfiança em relação à sua responsabilidade e com o perigo que possam representar. Alguns jovens relatam o incomodo que sentem quando se deparam com o “*olhar*” das pessoas sobre si, são vistos como *perigosos, incapazes, indesejáveis*. São sujeitos que devem ser *combatidos, isolados e transformados*. Como se estivessem sempre no lugar errado, tendo que escolher que caminho seguir, numa rota sem muitas oportunidades.

As declarações classificatórias fazem com que se silenciem, mesmo quando estão a falar, deixando evidente como estigma afeta a percepção que os próprios adolescentes têm de si mesmos. A prática cotidiana de estigmatização desses jovens na escola contribui para sentimentos como indiferença. Alguns, internalizam a ideia de que a escola não é um lugar para eles.

Segundo Otani (2015), a indiferença se apresenta como um obstáculo para o trabalho a ser realizado com o adolescente em cumprimento de medida medidas

socioeducativa, uma vez que a princípio ela impede que a relação transferencial (vínculo), se estabeleça. Segundo a autora, a indiferença é uma reação emocional comum das pessoas modernas a uma situação de sofrimento ou mal-estar, que pode se manifestar de várias maneiras.

Diante desse contexto, me pergunto: será que podemos considerar a indiferença demonstrada pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas como uma reação emocional a uma situação específica? Será ela desencadeada por uma situação de sofrimento? Quais os impactos da medida em suas trajetórias e em suas subjetividades? Afinal, o que pode ter deixado esses adolescentes indiferentes? E, como podemos criar vínculo com esse adolescente para estabelecer uma relação que tenha sentido para ele?

Neste contexto, esta pesquisa tem por objetivo analisar a indiferença que se estabelece entre adolescentes que cumprem medida socioeducativa em meio aberto e a própria medida. Considerando como prioridade no cumprimento da socioeducação a meta de escolarização, o acesso e continuidade da trajetória escolar.

A educação é vista como um meio de criar um novo projeto de vida para os adolescentes, ajudando-os a compreender seus direitos e responsabilidades como sujeitos. A escola é um ambiente favorável para fomentar trajetórias positivas, constituindo um espaço que promova a desconstrução e a reconstrução de pontos de vista, alargando a perspectiva do sujeito sobre as várias determinações da realidade (Aquino, 2000).

Revisão da literatura

Percebe-se, por meio das escutas de relatos dos adolescentes, o sentimento de indiferença. A indiferença ocorre como uma resposta afetiva ao sofrimento e à desilusão que esses adolescentes enfrentam, especialmente em relação ao seu envolvimento em ato infracional (Guerra e Otoni, 2019).

Segundo as autoras, a indiferença é descrita como um estado em que o adolescente se torna apático em relação à sua realidade e ao seu destino, muitas vezes como uma defesa narcísica diante do desamparo e da violência que vivenciam. A condição de *indiferença* pode dificultar o trabalho de acompanhamento

e orientação, o adolescente não estabelece uma relação transferencial com o técnico, quando se vê solitário ou desacreditado.

As medidas socioeducativas muitas vezes são orientadas por categorias macrossociais e podem não atender às necessidades individuais dos adolescentes. Neste sentido, a indiferença pode ser uma resposta às limitações dessas medidas, que não conseguem alcançar aqueles que realmente delas necessitam. De acordo com Dunker (2018), a indiferença pode ser uma forma de "serenidade paradoxal" ou "desinteresse anormal e depressivo". Essa indiferença histórica é uma maneira de interrogar o outro sobre o próprio desejo, mostrando uma relação paradoxal de agir por algo que nem sequer vale a pena mencionar. Em outras palavras, a indiferença pode ser uma forma de lidar com a complexidade dos próprios desejos e expectativas sociais.

A indiferença dos adolescentes a certas situações pode ser vista como uma resposta complexa e multifacetada, influenciada por fatores psicológicos, sociais e institucionais (Guerra e Otoni, 2019). A indiferença pode representar uma forma de desinteresse, especialmente no contexto das medidas socioeducativas.

O sofrimento, às vezes, expressa-se como indiferença, Freud (1893/1996) descreve como um afeto que se opõe tanto ao amor quanto ao ódio, e essa dualidade é fundamental para entender a experiência emocional dos adolescentes. Para o psicanalista a indiferença pode ser explorada através do conceito de pulsão e da dinâmica afetiva que compreende uma correspondência nula e uma identificação sem valor perante aos dois elementos: amor e ódio.

Freud (1915/1974) descreve a pulsão como uma força interna que impulsiona o organismo, e a indiferença pode ser vista como uma forma de retirada da libido dos objetos externos, levando o sujeito a um estado de narcisismo. Essa retirada pode ocorrer em situações de sofrimento ou mal-estar, onde o sujeito se torna indiferente aos acontecimentos ao seu redor, concentrando sua libido em si. Essa condição é frequentemente observada em adolescentes que enfrentam desilusão e desamparo (Otoni, 2015).

Além disso, Freud (1915/1974) discute a compulsão à repetição, que se relaciona com a indiferença ao mostrar como o sujeito pode se sentir preso em padrões de comportamento que não lhe trazem satisfação, mas que ele continua a

repetir. Essa repetição pode ser uma forma de lidar com a dor emocional, mas também pode levar à apatia e à falta de engajamento com a vida.

Portanto, os estudos de Freud (1915/1974) ajudam a entender a indiferença como uma resposta complexa a experiências emocionais e sociais, destacando a relevância de criar condições para que o adolescente possa se reconectar com suas pulsões e encontrar um novo sentido em sua vida, superando a indiferença.

A retificação do Outro, é uma estratégia que pode ajudar a romper esse ciclo de indiferença, permitindo que o adolescente se envolva novamente com o mundo e com suas próprias emoções (Otani, 2015).

Os estudiosos contemporâneos compreendem a indiferença não apenas como um desinteresse, mas como uma resposta complexa a experiências de sofrimento e desilusão. Para Freud (1915/1974), a indiferença em relação ao sofrimento e ao mal-estar resulta em um estado de apatia e desconexão com o mundo. Amor, ódio e indiferença são, portanto, reações afetivas comuns que o sujeito pode ter diante dos objetos e pessoas que fazem parte do seu universo.

Caniato e Nascimento (2010) discutem o narcisismo contemporâneo e como a indiferença pode ser uma resposta ao sofrimento e ao desamparo que os indivíduos enfrentam na sociedade atual. Os autores, argumentam que a regressão ao narcisismo é uma defesa contra o sofrimento, levando à indiferença em relação ao externo.

A indiferença se caracteriza como uma reação afetiva comum desencadeada por um acontecimento que causa sofrimento, e nesse sentido tende a retirar a libido investida nos objetos do mundo externo, retendo-a no seu Ego. Retornando a um estado perdido que Freud (1915/1974) denominou de narcísico.

O Narcisismo é uma característica comum em todos nós, está associada com o desenvolvimento da libido (com o desejo sexual, eros). Este termo está associado a distinção freudiana entre a sexualidade, como fato observável, e a libido como uma hipótese especulativa. Nesta fase o sujeito passa do autoerotismo, do prazer centrado em nós mesmos, para a escolha do outro ser como objeto do amor. Segundo Freud (1915/1974) essa transição é saudável e fundamental para as relações sociais.

Para Green (1988), a libido investida em objetos e pessoas, quando considerada como "nula", pode referir-se à ausência de energia libidinal aplicada nas

relações ou nas interações afetivas. Essa ausência pode ser interpretada como uma dificuldade em estabelecer vínculos emocionais ou a falta de desejo em conectar-se com outros.

Caniato e Nascimento (2010) apresentam o narciso como uma figura emblemática da nossa época, podendo o narcisismo se transformar em patologia, ou seja, passa do estado normal para o doentio, quando entra em confronto com valores culturais e éticos, resultando em um comportamento excessivo que prejudica as interações sociais saudáveis do sujeito.

Portanto, o desinteresse é um obstáculo que pode ser vencido por meio de ações que incentivem uma nova interação com o próximo, possibilitando ao adolescente encontrar um propósito para sua jornada e iniciar a elaboração de um novo plano (Guerra e Otani, 2019).

Método

O estudo tem por objetivo analisar a indiferença na relação que se estabelece entre adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no meio aberto e a própria medida, considerando como prioritário a meta de escolarização, o acesso e continuidade da trajetória escolar. Esta pesquisa partiu-se da experiência de atendimento psicopedagógico na unidade de execução de medidas socioeducativas de meio aberto na cidade de Taubaté, região do Vale Paraíba.

Foram utilizados como principal fonte de dados, documentos oficiais da instituição e diários de trabalho com adolescentes.

Os acompanhamentos são registrados em forma de relatos em diários. As anotações em diários de pesquisa foi o procedimento adotado para o estudo e reflexão. O nosso foco, no exame desses diários, foi identificar situações envolvendo a escolarização desses adolescentes. Para além de apenas ser um relatório formal, esses relatos trazem impressões, observações e sentimentos vividos pelos adolescentes.

A estratégia metodológica utilizada será a restituição, como uma ação que entende os sujeitos da pesquisa como muito ativos no processo. Segundo (Lourau, 1993) a restituição é um dispositivo em que se leva ao grupo e sujeitos da pesquisa o que eles apontaram na pesquisa a partir de seus próprios saberes. “A restituição,

enquanto conceito socioanalítico, supõe que se deva, e se possa, falar de algumas coisas que, em geral, são deixadas à sombra” (Lourau, 1993, p.51).

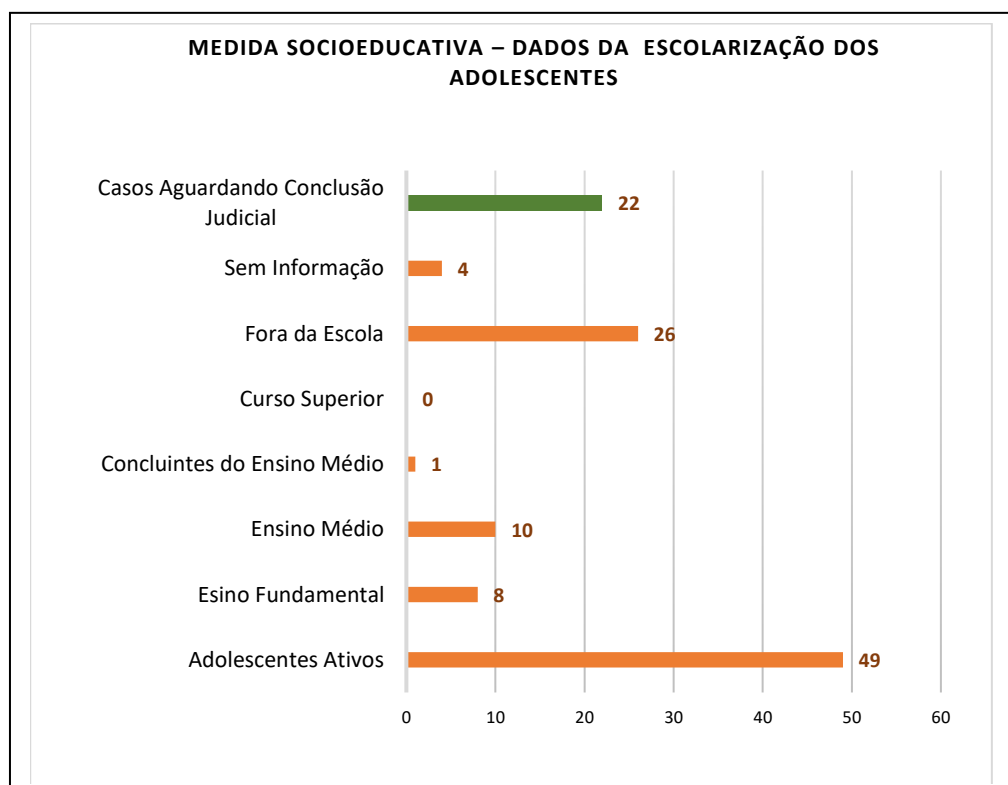
Resultados e Discussão

No processo de atendimento socioeducativo, acompanha-se a situação escolar dos adolescentes e, verificada o abandono e evasão escolar o adolescente e família são orientados a efetivar a matrícula.

No Brasil, o número de jovens em geral que abandona os estudos ainda é alarmante, de acordo com o IBGE em 2023, 64 mil jovens de 15 a 17 anos (3,6%) não frequentou a escola no Estado de São Paulo. O País, apresentou proporção de 5,8%, 521 mil jovens fora da escola.

Acredita-se que, o trabalho educacional requer esforço compartilhado entre todos os segmentos, pois com o envolvimento do coletivo, resultados significativos tendem a ser alcançados no processo educacional. Os dados do Gráfico 1 demonstram dados referentes ao abandono e evasão escolar dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativa no município de Taubaté

Gráfico 1 – Dados de Escolarização dos Adolescentes



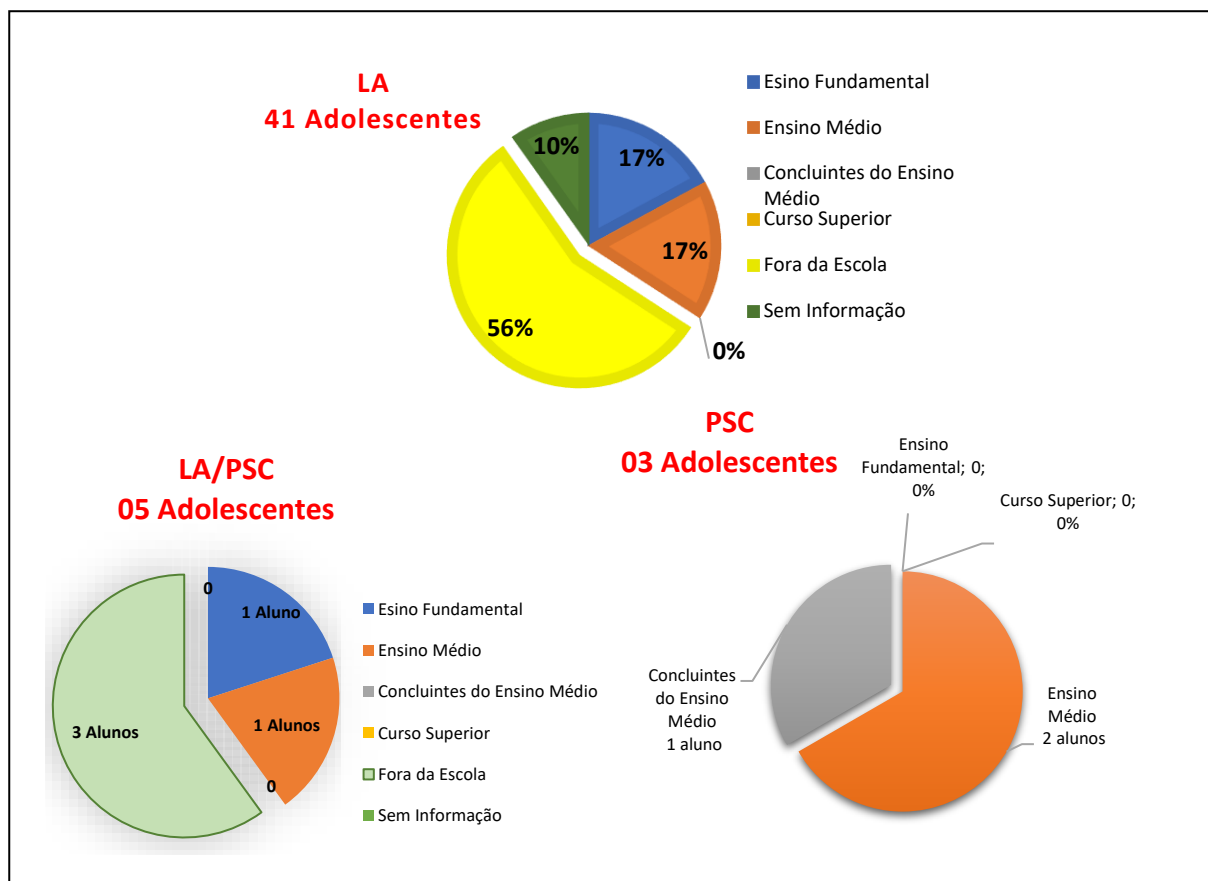
Fonte: AFASCON (agosto/2024).

Os dados demonstram claramente o sentimento de indiferença dos adolescentes. Neste contexto, entendemos a indiferença como um desinteresse, uma ausência de envolvimento nas propostas educacionais. Neste caso, é essencial que a escola busque estratégias pedagógicas de inclusão e acolhimento `esses adolescentes.

O primeiro impacto subjetivo, a indiferença, se destacou principalmente nas narrativas dos adolescentes, o que nos levou a ponderar sobre suas posturas em relação às medidas socioeducativas e de que forma as políticas públicas atendem às particularidades subjetivas e sociais desses adolescentes.

O gráfico 2 apresenta informações sobre a escolarização dos adolescentes que estão sob medidas socioeducativas em Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviço à comunidade (PSC).

Gráfico 2 – Dados de Escolarização dos Adolescentes (LA/PSC)



Fonte: AFASCON (agosto/2024)

Observa-se que 56% dos adolescentes que cumprem medidas socioeducativas em Liberdade Assistida estão fora da escola; entre os cinco adolescentes que cumprem a medida de Prestação de Serviço à Comunidade, três não frequentam a escola. Outro número que nos chama atenção é que dos quarenta e nove adolescentes ativos em cumprimento de medidas, apenas um conseguiu concluir o ensino médio.

Portanto, fica evidente que a indiferença representa uma resposta negativa do adolescente a determinadas situações, levando-o a desviar seu interesse dos objetos do mundo externo e a concentrá-lo em seu próprio ego, como uma estratégia para se proteger do sofrimento ou mal-estar gerados por essas circunstâncias.

Mesmo que a permanência na escola, em muitos casos, seja condição para que o jovem cumpra a sua medida socioeducativa em meio aberto, os dados sugerem que grande parte dos adolescentes em prestação no meio aberto encontra-se evadido da escola formal.

Ao lidar com os adolescentes que demonstram indiferença, percebi que esse sentimento dificulta o estabelecimento de vínculo entre o adolescente e o técnico responsável, o que impacta negativamente na construção de uma nova proposta para o adolescente.

Sabe-se que o vínculo emerge da suposição de saber do Outro, e que é um componente essencial para a execução do trabalho com os adolescentes no processo de socioeducação.

Considerações finais

No caso dos adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto, a indiferença surge como uma resposta afetiva ao sofrimento desencadeado pela desilusão.

Durante esses meses que trabalho com adolescentes que cometeram atos infracionais, acompanhando-os no cumprimento das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviço à Comunidade, observei alguns adolescentes que demonstravam indiferença em relação ao técnico que os

acompanhava, essa indiferença impede o vínculo necessário entre o adolescente e o profissional, o que impossibilita o cumprimento das metas combinadas.

Dentre os casos que observei, dois em especial chamaram minha atenção: um deles foi muito bem-sucedido, permitindo um trabalho efetivo com o adolescente e revelando impactos positivos da medida em sua subjetividade. O outro, por outro lado, não teve um desfecho tão positivo. Isso suscitou algumas questões: por que no primeiro adolescente continuou participando ativamente das propostas estabelecidas nas medidas? E por que no segundo caso teve um desfecho tão diferente? Presenciei momentos de desordem e sofrimento, resultando no abandono da medida. Me perguntava: o que impossibilitou uma intervenção eficaz com o segundo adolescente?

Para abordar essas questões, é fundamental revisitar alguns aspectos discutidos neste artigo. A ideia central é que a indiferença se manifesta como resultado da desilusão em relação ao outro. No caso dos adolescentes, essa indiferença aparece como uma resposta emocional ao sofrimento provocado pela desilusão e desapontamento com as pessoas.

É crucial destacar que cada adolescente vivencia sua desilusão de maneira singular, uma vez que a forma como o outro entra na vida desses jovens está diretamente ligada ao “vínculo” criado entre eles.

Muitos adolescentes enxergam a educação apenas como um caminho para conquistar um bom emprego no futuro, algo que parece incerto e distante de sua realidade atual. É essencial refletir sobre o que a escola pode oferecer a esse adolescente, pois sua função vai além de prepara-lo para um emprego no futuro.

É essencial estabelecer uma colaboração entre a escola e as metas socioeducativas. Essa parceria é fundamental para que a escola atue na construção de uma proposta pedagógica efetiva e significativa para o adolescente.

A comunicação entre ambas pode proporcionar aos profissionais da educação, maior entendimento sobre a concepção e a metodologia da execução de medidas socioeducativas em meio aberto que, numa perspectiva de incompletude e intersectorialidade, engloba a escola.

Os estudos nos permitiram compreender que ao se frustrar com as pessoas, o adolescente as vêem como incapazes de lhe garantir segurança e proteção,

expondo-o à violência externa, ou ainda, como sujeitos que impõem um estilo de vida que limita suas escolhas.

Nos encontros com o adolescentes, tenho a oportunidade de ver a vasta experiência daqueles meninos. Porém, na maioria das vezes, o que vivem e experienciam, fica de fora diante da lei, no momento da execução a medida não valida suas experiências e expectativas. Há uma dimensão de sanção e exclusão ainda sentida como “punição” por eles.

O fato é que, o que vive o adolescente em cumprimento de medidas não se originou apenas em seu corpo individual, é efeito de séculos de reprodução de desigualdades sociais, de uma educação centrada em normas e regras, ainda estruturada na base de uma metodologia hierárquica e tradicionalista. É preciso, portanto, que a própria medida repense o trajeto. Sabemos que o “menino da medida” não se trata de um corpo sozinho, exige-se para esse caminhar a participação e a construção de propostas reais, com a ampliação das oportunidades, possibilitando a “ele” estar e viver no mundo.

Referências

AQUINO, J. G. **O mal-estar da escola contemporânea**. In: Do cotidiano escolar. São Paulo: Summus, 2000, p.135-56.

Brasil. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16. Julho 1990.

Dunker, C.L. **Narcisismo e a Cultura da Indiferença**, 2017 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=NSQeGipn5Zw>. Acesso em 30 de julho de 2024.

Freud, S. **Sobre o narcisismo: uma introdução**. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (Themira de Oliveira Brito, Paulo Henrique Britto, Christiano Moreira Oitica, trad., Vol. 14, pp. 85-125). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914), 1974a.

Freud, S. **O Mal-estar na civilização**. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. (José Octavio de Aguiar Abreu, trad., Vol. 21, pp. 75-171). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1929-1930), 1974b.

Freud, S. **Psicologia de grupo e a análise do Ego**. In Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. (Christiano Monteiro Oiticica, trad., Vol. 18, pp.89-179). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1921), 1976.

Freud, S. **Observações sobre o amor transferencial novas recomendações sobre a técnica da psicanálise III**. In *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud*. Jayme Salomão, trad., Vol. 12, pp. 207-223). Rio de Janeiro: Imago. (Trabalho original publicado em 1914-1915), 1969.

Green, A. **Narcisismo de vida, narcisismo de morte**. São Paulo: Escuta, 1988.

Guerra, A. M. C., Otoni, M. de M. S. S. **O Adolescente Infrator e o Outro Social: Reflexões Psicanalíticas sobre a Indiferença**. Revista Subjetividades, 2019, 18(3), 1–12.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios**. 2004 a 2012; elaborado por MEC/Inep/DEED.

Lourau, R. **Rene Lourau na UERJ: análise institucional e práticas de pesquisa**. Rio de Janeiro: UERJ, 1993.

Otoni, M. M. S. S. O adolescente em conflito com a lei e o outro social: um estudo psicanalítico sobre a indiferença. Belo Horizonte: Dissertação do **Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais**, 2015.